

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

11ª Reunião Ordinária 17 de Novembro de 2015 às 14:30 horas no Plenário D. Pedro I.

Presidente: Deputado Roberto Tripoli

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei 1362/2014	Deputado Celso Giglio	Proíbe o uso de água tratada proveniente do sistema público para lavagens rápidas gratuitas de veículos em postos de abastecimento, utilizadas como "marketing" para atrair novos clientes.	Deputado Sebastião Santos	contrário. Voto em Separado da Deputada Célia Leão favorável.	M.N., W.G., C.L.
2	Projeto de lei 450/2015	Deputado Enio Tatto	Obriga as escolas públicas estaduais a ter sistema de captação de água de chuva para as finalidades que especifica.	Deputada Ana do Carmo	favorável	C.P., M.M., O.B., C.L.
3	Projeto de lei 612/2015	Deputado Hélio Nishimoto	Acrescenta dispositivo na Lei nº 13.798, de 2009, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC.	Deputado Luiz Turco	favorável	
4	Projeto de lei 988/2015	Deputado Rogério Nogueira	Proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto que utilize penas e plumas de ganso, cisne ou outra espécie de ave no Estado.	Deputado Chico Sardelli	favorável	
5	Projeto de lei 1152/2015	Deputado Celso Nascimento	Dispõe sobre a permanência de veterinário em local de exibição ou exposição de animais de pequeno ou grande porte no Estado.	Deputada Célia Leão	favorável	

Para deliberação:

Item 06 - Requerimento de autoria do Deputado Celso Nascimento, solicitando informações ao Senhor Otávio Okano, Presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), a respeito da grave situação de poluição do trecho do Ribeirão das Araras, compreendido entre a Av. Roberto Lacerda de Oliveira com continuação na Rua Eugênio Rügger, na cidade de Araras, com vistas a identificar os responsáveis pelos eventuais danos causados pelo derramamento de esgoto

proveniente de indústrias e residências, sem qualquer tratamento.

Item 07 - Requerimento de autoria da Deputada Clélia Gomes, solicitando a convocação de uma audiência pública, a fim de que sejam esclarecidas por quais razões foram permitidas as construções no entorno e funcionamento de empresas que se instalaram às margens do Rio Cabuçu de Cima, em área destinada ao "piscinão" que conteria a vazão do mencionado rio em períodos de chuvas ou possíveis enchentes. Solicita que sejam convidadas autoridades, especialistas e representantes do poder público e da sociedade civil das áreas afetadas.

Item 08 - Requerimento de autoria do Deputado Carlos Giannazi, solicitando a realização de uma reunião de trabalho para discutir sobre a construção de prédios e moradias na região do Parque dos Búfalos, que prejudica esse importante recurso ambiental consistente na última área verde de Cidade Ademar e Pedreira, nesta Capital. Solicita a expedição de CONVITE a representantes da Prefeitura Municipal de São Paulo para prestar esclarecimentos a esta Comissão Permanente sobre a devastação praticada na referida área.

Item 09 - Requerimento de autoria dos Deputados Ana do Carmo e Luiz Turco, solicitando a realização de uma audiência pública sobre os "Múltiplos Usos das Águas da Represa Billings", para debater, entre outros, aspectos relacionados com o abastecimento público em situação de crise hídrica com a ampliação da reversão do braço do Taquacetuba para a Represa Guarapiranga e do braço do Rio Pequeno para o braço do Rio Grande e Represa Taiaçupeba, ambas utilizando água do corpo central da represa Billings; a diluição de esgotos trazidos pela reversão do canal do Pinheiros e originados na própria bacia; a geração de energia na usina Henry Borden, com diversas propostas de ampliação da utilização de sua capacidade instalada; e o controle de cheias na porção metropolitana da bacia do Rio Tietê. Sugerem o convite a especialistas para o debate do tema.

Para ciência:

Item 10 - Ofício Nº 00175-15 Fundação, da Comissão Organizadora do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação - CBUC, encaminhado pela Presidência desta Casa à Comissão, apresentando moção solicitando que os dirigentes responsáveis pela gestão das unidades de conservação do Estado de São Paulo atuem pela valorização do trabalho realizado pelo corpo de funcionários da Fundação Florestal, o que somente se dará por meio de um reajuste do piso salarial de todas as funções, implantação de plano de cargos e salários, realização de novos concursos públicos e regras claras e técnicas para ocupação dos cargos de chefia de Unidades de Conservação, preferencialmente para funcionários concursados.